

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 082

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE JUNHO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO,

cumprimentando inicialmente, os nossos ilustres visitantes, senhores funcionários públicos que nos dão a honra hoje, com as suas presenças na “Casa do Povo do Paraná”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/266/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 164/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/270/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 113/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/271/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 663/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/272/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 370/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/273/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 287/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/274/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 397/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/275/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 428/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/276/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 468/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, por considerá-lo inexecutável e, portanto, contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/277/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 401/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/278/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 566/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, pelo fato de que o pretendido

imóvel não pertence ao patrimônio do Estado e sim ao da União. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/279/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 024/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/280/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 021/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/281/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 701/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/293/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 506/99, de autoria do deputado Tony Garcia, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/294/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 532/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/295/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/297/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 340/2002, de autoria do Poder Executivo, por julgar a parte vetada inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1641

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 Sessões, do Projeto de Lei nº 439/2000, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1654

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada por 10 Sessões,

da discussão e votação do Projeto de Lei nº 129/2001, item 08, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada por 02 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 082/2002, item 14, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Elio Rusch.

REQUERIMENTO Nº 1669

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 01 Sessão, do Projeto de Lei nº 256/2002, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1675

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do item 01, Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano, que dispõe sobre o incentivo do recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências, por 01 (uma) Sessão.

Nestes termos pede deferimento

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1670

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Sr. Leônidas Flório Adão, falecido em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Curitiba perdeu em data de ontem um dos mais tradicionais nomes, faleceu o Sr. Leônidas Flório Adão.

Aos 73 anos, Leônidas Adão era um dos mais antigos barbeiros da nossa Capital e era mais conhecido como "Adão Barbeiro". Trabalhou por mais de 60 anos num mesmo ponto no Jardim Botânico/Capanema. Sua

fama alcançou as páginas do Jornal Gazeta do Povo no início deste ano, numa reportagem sobre empresas tradicionais da nossa cidade, onde foi um dos merecidamente homenageados.

À sua família enlutada, sua esposa Ivonete Adão (Rua Hipólito Araújo, 57 - Capanema - Curitiba-PR), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1671

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Sr. Domingos Primo Moro, falecido em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Curitiba perdeu em data de ontem um dos mais tradicionais nomes. Faleceu o Sr. Domingos Primo Moro, aos 87 anos.

Domingos Primo Moro era mais conhecido como Dino Fogueteiro Foi vereador e dono da Madeireira Moro.

Torcedor fiel e apaixonado do Curitiba Futebol Clube, foi conselheiro vitalício do time de seu coração. Acompanhou a construção da sede do Alto da Glória e tornou-se o sócio nº 186, daquele clube.

À sua família enlutada, sua esposa, Virgínia Prosdocimo Moro (Rua Mauá, 717 - Alto da Glória - Curitiba-PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1672

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Henrique Vensão, ocorrido dia 13 de junho/2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 22 anos de idade, faleceu em lamentável acidente automobilístico, Paulo Henrique Vensão, ocorrido dia 13 de junho/2002, nas proximidades do município de Realeza.

Paulo Henrique era filho de José Humberto Vensão e de Dirce Cordeiro Vensão. Deixou viúva dona Daliana. Era pessoa bastante relacionada no município de General Carneiro.

O passamento de Paulo Henrique Vensão veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu, em sua curta existência, uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite, pois, dileto amigo Paulo Henrique, as nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos a Deus todo Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que adorava despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que, apesar de uma existência tão curta, a dor da saudade será imensa.

Que Deus em sua infinita bondade cubra de bênçãos todos os seus familiares e que lhe dê o necessário conforto nesta hora de grande dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Vensão, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 438/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Movimento Pró-Paraná - Ente de Integração e Relações Institucionais do Paraná, com sede e foro na comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Pró-Paraná é um movimento da sociedade civil, suprapartidário, para a promoção da identidade cultural do Paraná; seu desenvolvimento integrado no âmbito da federação brasileira e da comunidade internacional, notadamente do Mercosul; articulando ações com os segmentos interessados, através de mobilização conscientizadora da opinião pública.

Organizado há três anos por um conjunto de pessoas dedicadas, sob inspiração do empresário e jornalista, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, hoje presidente do seu Conselho Superior -, o Movimento Pró-Paraná coordenou projetos como "Brasil 500 Anos" no Paraná; "Paraná no 3º Milênio", Poupança Solidária de Energia; trabalha na defesa de maior participação do Paraná no orçamento federal; coordenou a instituição da Lei de Ensino de História do Paraná na rede estadual de ensino; organizou e encaminhou o projeto instituindo a cidade de Curitiba como a "Capital Americana da Cultura 2003". Organiza as comemorações do "Dia do Paraná", entre tantos outros.

Sua estrutura é composta por Conselhos, Superior e Consultivo, integrados por personalidades paranaenses, diretoria, comitês e grupos de trabalho - líderes e profissionais voluntários que atuam como agentes de coordenação e mobilização.

Entre os membros de sua diretoria, além do presidente do conselho superior já citado, estão os Srs.: Jonel Chede, presidente; André Zacharow e Francisco Fernando Fontana, vice-presidentes; Rafael de Lala Sobrinho e Wilson Portes, secretários gerais; desembargador Luiz Renato Pedrosa, Dr. Ivo Arzua Pereira, Guido Guérios, Sérgio Almeida, Dorival Viana, José Augusto Soavinsky, Algacir Morgenstein, Afonso Celso de Camargo, José Carlos Portela e Cleverson Marinho Teixeira, coordenadores de comitês e grupos de trabalho.

Fundado oficialmente em 25 de janeiro de 2001, com seus Estatutos Sociais registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 4º Ofício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas) da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, sob nº 3.427, do Livro A-1, em 16 de janeiro de 2001, e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 04.719.788/0001-41, da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, e com sede provisória no Edifício da Administração, 4º andar, da Assembléia Legislativa, o Pró-Paraná pode ser contatado pelos fones/fax (0xx41) 350-4221 / 350-4135 / 350-4022, ou e-mail alepdse@pr.gov.br.

PROJETO DE LEI Nº 439/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as casas lotéricas do Estado do Paraná obrigadas a contratarem vigilantes, devidamente regularizados de acordo com a Lei nº 7.102/83, Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983 e Portaria 992 de 25 de outubro de 1995 - Departamento da Polícia Federal.

Art. 2º - Cada casa lotérica fica obrigada a ter, no mínimo, 02 (dois) vigilantes e Plano de Segurança aprovado pelo Departamento de Polícia Federal.

Art. 3º - Ficará a cargo do Departamento de Polícia Federal a fiscalização conforme legislação pertinente.

Art. 4º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às penalidades da Lei nº 7.102/83 e Portaria 992 de 25 de outubro de 1995 - Departamento da Polícia Federal.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação da Federação dos Vigilantes do Paraná (Fetravispp) e do Sindicato dos Vigilantes de

Curitiba e Região Metropolitana, enviada pelo Sr. João Soares, presidente da Fetravispp, com vistas a proteger a população paranaense, usuária das casas lotéricas, apresentamos o projeto de lei em tela.

A presente proposição tem como objetivo oferecer maior segurança aos usuários e funcionários das casas lotéricas do Estado, haja vista que, atualmente, as mesmas não possuem um sistema de segurança adequado, colocando em risco a vida de quem utiliza os serviços oferecidos pelas mesmas.

Assim, o projeto exige a presença de vigilantes, devidamente regularizados de acordo com a Lei nº 7.102/83, Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983 e Portaria 992 de 25 de outubro de 1995 - departamento da Polícia Federal.

Desde que foi firmado um convênio entre as casas lotéricas com a Caixa Econômica Federal, tornando-as um posto avançado dessa instituição financeira, aumentou o fluxo de pessoas e também o aporte de dinheiro nessas, tornando-as alvo para marginais que procuram nos estabelecimentos desprovidos de segurança um meio para alcançarem seus intentos.

Desta forma, esta lei visa coibir a ação de pessoas que pretendem praticar esse tipo de delito nas casas lotéricas, garantindo segurança tanto de vidas quanto de valores.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Conforme requerimento aprovado pelo Plenário desta Casa, hoje estamos recebendo o nosso secretário de Estado, da Administração e Assuntos da Previdência, Dr. Ricardo Augusto, que vem a convite desta Casa, expor os senhores parlamentares e aos nossos visitantes o "Plano de Cargos e Salários" que foi enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo.

Com a palavra, pelo tempo necessário, o secretário do Estado, Dr. Ricardo Augusto.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Senhores deputados, presidente, servidores do Estado; minhas senhoras e meus senhores.

É um resgate de vinte e dois anos que temos aqui, o novo Plano de Cargos e Salários do servidor público. Temos aqui uma proposta que vem ao encontro dos anseios dos nossos servidores, quarenta e seis mil servidores, e que representa realmente, como eu já disse, um resgate.

Temos aí uma perspectiva, um ganho salarial em um primeiro momento e um enquadramento que se faz para que tenhamos a possibilidade de crescer dentro da carreira e, cada vez mais, indo ao encontro do que nós precisamos, que é a capacitação do nosso servidor e, com isso, a conseqüente valorização daquilo que é o nosso cidadão, a prestação de serviço ao nosso cidadão.

Temos aí um total de quarenta e seis mil pessoas, incluindo ativos, inativos e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só um minuto!

Solicito que as luzes do Plenário sejam apagadas.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Nós tivemos um problema operacional e estamos só aguardando uma tela maior. Ela já vem em substituição a essa.

Mas, de qualquer forma, estamos aí com um total de vinte e três mil servidores na ativa para um total de quarenta e seis mil beneficiados dentro desse novo sistema, dentro desse nosso Plano de Cargos. E isso é dividido nas mais variadas áreas. Temos aí servidores na área da Saúde, na área da Educação, na área de Segurança, na área de Obras, Transportes, Meio Ambiente, enfim, nas mais variadas áreas. Temos todo o suporte do Quadro Geral do Estado, às mais variadas atividades. O nosso servidor do Quadro Geral representa um papel fundamental ao desenvolvimento das políticas e do desenvolvimento do programa de governo, do governo.

Temos algumas vantagens. A primeira delas é uma estrutura de cargos e salários mais fácil, mais ágil e muito menor. Nós tínhamos um número de trezentos e oitenta e quatro carreiras, que acabam sendo simplificadas em cinco. Então, essa agilidade em número de funções, em número de cargos, redução de cargos e uma redução do número de funções, vem facilitar em muito, principalmente no desenvolvimento, inclusive, uma situação de trabalho dentro das funções com os nossos servidores. Uma carreira auto-gerenciada que facilita inclusive o desenvolvimento profissional. Nós teremos a possibilidade de crescimento dentro da carreira, tão logo o profissional tenha condições de se aprimorar, crescer profissionalmente e, além disso, aproveitando a experiência que ele já vem desenvolvendo, a experiência que ele já desenvolveu nas áreas de trabalho, nos projetos, nos mais variados setores, vai facilitar com que esse crescimento profissional faça o verdadeiro respeito, dê realmente o verdadeiro respeito àquilo que ele vem desempenhando.

E como último, há uma possibilidade de uma maior valorização profissional com o incremento do valor salarial. Facilita, que tenhamos aí níveis mais altos de remuneração, e teremos aí uma valorização, inclusive da Parapreviência, facilitando a sua capitalização.

Então, como já dissemos, as 384 carreiras resumimos em 5, com 5 cargos, respectivamente, e que facilita realmente o processo de desvio de função que nós temos nas mais variadas áreas.

Temos, então, com a situação do agente de execução, um grupo ocupacional de apoio com uma exigência atual de alfabetização até 1º grau completo, que ele passa a integrar o cargo de agente de apoio, com requisito de escolaridade de 1º grau completo. Já um grupo intermediário com três níveis, o agente cargo de execução, o agente penitenciário e o agente de aviação, todos com requisito de escolaridade de 2º grau completo, onde o agente peniten-

ciário, pela sua afinidade com as carreiras policiais, civis e militares, considerando que todos integram a mesma área de atuação, a segurança, e especificamente por sua atuação nas unidades penais do Estado, e ainda que a sua estrutura remuneratória tenha um tratamento diferenciado com o impacto também na aposentadoria. No caso do agente de aviação, a atual estrutura remuneratória dos pilotos reflete uma incompatibilidade com o enquadramento proposto para o grupo ocupacional intermediário, além das especificidades de capacitação e requisitos para o exercício de funções.

Então, criamos três níveis: o agente de execução, o penitenciário e o de aviação. E para o grupo ocupacional profissional com exigência de curso de graduação, o cargo passa a denominar-se agente profissional, mantido o requisito de escolaridade superior completo; o que vem, então, simplificar, das 384 funções para 82 funções, com 41 funções colocadas para o agente profissional, 29 para o agente de execução, 02 para a aviação, 01 para o penitenciário e 09 funções para o agente de apoio, facilitando, principalmente, a situação de variação de função, desde que cumpridos os requisitos de escolaridade, venha a facilitar bastante essa possibilidade que existia e nós tínhamos anteriormente muitas situações de disposição remunerada, ou seja, a dificuldade de você enquadrar um profissional onde a sua atividade e a sua função não são mais executadas dentro do Estado, e ela então assume um novo papel, desde que cumpridos os requisitos de escolaridade e sem variação em termos de carreira.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estou observando que o secretário está com dificuldade para acoplar ali o trabalho que ele trouxe. Está como um cobertor curto - ou a cabeça ou o pé fica para fora.

Então, eu sugeriria até que ele, o secretário, pudesse distribuir para os deputados esse trabalho que fez para que a gente pudesse acompanhar a sua explanação, uma vez que nós daqui estamos tendo dificuldade para ler o que ele está pondo nesse painel. O governo tem sido tão operoso para fazer propaganda, para colocar suas posições, poderia ter trazido aqui um painel melhor, maior para que pudéssemos acompanhar a explanação.

Todavia, eu sugiro ao secretário que distribua aos deputados o material e que nós não fiquemos perdendo tempo aqui com esse objetivo de enquadrar ali o trabalho que ele está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só lembrar ao deputado Nereu Moura que o Plenário aprovou um requerimento por unanimidade nessa Sessão e a palavra está assegurada ao secretário.

O SR. NEREU MOURA

E eu nem quero cortar a palavra dele.

Quero aproveitar melhor.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Eu lamento a nossa perda de tempo, mas infelizmente o que nós temos em termos de projeção é isto. O Estado não quis gastar mais recursos para contratar uma empresa profissional para que pudesse fazer a apresentação.

Então, estamos fazendo aí uma apresentação caseira e isto está de posse de todos os interessados. Se alguém quiser a apresentação, fique à vontade, nós podemos, inclusive, mandar imprimir e entregar para quem quiser e tiver interesse realmente com relação a isto. Isto aqui simplesmente é um complemento ao projeto de lei que já foi apresentado; é simplesmente uma apresentação.

Nós teremos no momento da aprovação da lei a implantação já, o enquadramento, dentro do critério de escolaridade para o agente profissional. Tão logo tenhamos, a partir dos 12 meses, faremos a escolaridade do nível de execução e o tempo de serviço para o agente profissional, e após 18 meses há uma previsão já da escolaridade para o agente de apoio, e o tempo de serviço tanto para o profissional como para o de execução.

Então temos aí uma previsão em termos de valores, num primeiro momento o valor de 3 milhões, 135 mil reais/mês, em termos de incremento salarial. Estamos falando de variação salarial para os servidores da ativa e também os aposentados e pensionistas, que faz com que tenhamos uma variação em todos os níveis, todas as carreiras num primeiro momento desse impacto.

Para os 12 meses um valor de mais 1 milhão 127/mês o incremento, e para 2º enquadramento que nos dará uma variação chegando a um valor de 6 milhões de reais/mês, para o final de toda a implantação. Os senhores podem verificar que temos aí uma variação bastante proporcional entre o profissional da ativa, os aposentados e os pensionistas; é praticamente a metade do que nós estamos implantando para os nossos servidores da ativa e para os aposentados e pensionistas. Os valores são muito próximos.

Os senhores observam aí uma variação que nós temos, um primeiro enquadramento, a variação em termos de remuneração. Temos aí a menor remuneração e não valores salariais, mas a menor remuneração do agente de apoio que era de 172 reais, a maior remuneração de 225, vem o enquadramento de 228 reais. Então esse é o primeiro enquadramento que se dá, é por isso que nós estamos corrigindo algumas distorções ao longo de cada uma dessas carreiras, e isso então faz com que tenhamos a primeira base que seria dos 228 reais.

Os agentes de execução, aviação e penitenciário com a menor remuneração de 228 reais e a maior de 327 vem ao enquadramento no primeiro nível de referência que é de 334 reais. No agente profissional temos aí a variação de 1200 até 1499 variando até 1525 nesse primeiro nível de referência desse agente profissional.

Essa estrutura de remuneração aparece com 12 níveis de referência de variação salarial e 3 classes, vindo

das classes 3, 2 e 1; o profissional de primeira classe, de 2ª e de 3ª classes variando então o seu enquadramento.

As tabelas novas são as seguintes, que entra o agente de apoio começando com o primeiro nível da tabela 3, com a primeira remuneração, de 228,41 reais, chegando então à classe 1 com o último nível, de 901 reais.

No agente de execução começamos a 1ª classe com 330, a Classe 3 com 334 reais, primeiro nível de referência e chegando a 1344 reais no último nível de referência da Classe 1.

O agente penitenciário com 334 reais o início para 1318, no último nível, o agente de aviação começando aí com 547 reais e terminando em R\$2.160,00.

O agente profissional, começando com 1.525,25 e chegando ao total, na Classe 1, com 6.371,00 no último nível de referência.

Temos um pequeno exemplo dessa situação e que nos mostra como se dará o enquadramento dentro das Tabelas de Referência. Se observarmos o primeiro exemplo que é o exemplo do agente de apoio, ele percebia um valor de 172,00, considerando mais o adicional, mais a gratificação de assiduidade, que nos dá 289,00. O primeiro enquadramento, no projeto de lei proposto, chega a 228,41 com os dois adicionais, ou seja o adicional de tempo de serviço que inside sobre o valor de referência que, ao invés de 17,26 passa a 22,84 e continuamos com a gratificação de assiduidade, chegando a um valor de 351,00 desse exemplo, possibilitando um ganho de 21,2%.

Um segundo exemplo onde teríamos uma variação um pouco menor de 18%. São esses os níveis que acabam acontecendo.

Aproveitamos e corrigimos o que estava apresentado nas mais variadas carreiras.

No agente de execução, temos um vencimento inicial de 303,17 com os dois adicionais, o adicional de tempo de serviço de 30 e 32 e mais a gratificação de assiduidade, com o salário de 433,00.

No primeiro enquadramento, ele vai de 303,00 o vencimento básico para 334,21 e o adicional de tempo de serviço já inside sobre esse valor e mais a gratificação de assiduidade, chegando a um valor de 467,00 com um incremento de perto de 8%.

Num segundo exemplo que temos, um salário de 291,00, com enquadramento para 334,00 com mais o adicional de tempo de serviço e mais a gratificação de assiduidade, chegando a 450,00, com acréscimo de 11%.

Agente profissional, vencimento-base que é o que mais altera, uma verba de apresentação que era de 80% e mais a gratificação de produtividade, 165,00 fixos, facilita então e com 351,00 ele vai ao enquadramento no 1º nível de referência para 1.525,25, com adicional de tempo de serviço e mais a gratificação de assiduidade, teria um incremento que chega perto de 15% nesse primeiro exemplo e, no segundo exemplo, temos uma variação de perto de 4.42% perto de 4.50% e que faz com que

o vencimento, mais a verba de representação, mais a gratificação de produtividade que sejam enquadrados nesse primeiro nível de referência e ele vai ao nível de referência superior àquele que você está no valor salarial e nessa situação, dá mais 4,42%.

Senhores deputados, o que temos como informação com relação ao nosso novo Plano é isto e ficamos abertos a todos e qualquer questionamento que seja feito pela Casa com relação a dúvidas ou esclarecimentos que sejam necessários.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, eu me inscrevo.

O SR. NEREU MOURA

Eu me inscrevo também.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra o senhor deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor secretário.

Não tenha dúvida que o funcionalismo do Estado do Paraná vem há anos esperando uma atitude do Executivo para que possa, realmente, reestruturar as suas carreiras e não só isso, para que eles também pudessem ter uma condição de estímulo para continuar a servir o Estado do Paraná. Quando V. Exa. traz, aqui, a opção da redução das 384 funções para as 82 funções propostas, evidentemente que você, através da Administração, cria um Estado mais enxuto do ponto de vista da estrutura de carreiras de cargos e salários do Governo. Uma questão positiva que nós observamos. Com relação às 5 carreiras, confesso a V. Exa. que acho meio estreita para o Estado e vamos verificar do acerto na aplicação.

Tem algo que gostaria do seu esclarecimento.

Quando o senhor fala do agente de apoio, agente de execução, agente penitenciário, agente de viação e agente profissional. No início das suas exposições gráficas, aqui, estava em 229 - se não me falha a memória e que depois ele iria para 289 e na proposta do Projeto de Lei, ia para 351 reais. E, com certeza, é uma base bastante expressiva do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Pediria a V. Exa. dois números: quanto isto representa em números, em percentual de funcionários e em comprometimento da folha, se V. Exa. tem.

Segundo: V. Exa. colocou no projeto e na proposta que para atingir os 351 propostos pelo projeto de lei, entra os cem reais da gratificação.

E há uma preocupação dentro da sociedade hoje e não poderia ser diferente até com respeito ao que determina a Constituição Federal, que não pode haver diferenciação entre o pagamento do inativo e do ativo.

O que busca o projeto? O projeto busca se dissimular o aumento, porque o inativo e o pensionista não leva-

rão os cem reais de gratificação. E trazendo, com certeza, grandes prejuízos, especialmente a essa base.

Por quê? Porque para quem ganha 1525, a gratificação, ela representa pouco percentual, mas para quem ganha somado com a gratificação - 351 reais, cem reais é extremamente expressivo para que ela não seja levada para a aposentadoria e nem para a pensão.

São as indagações que faço a V. Exa., e gostaria de obter a resposta, porque, caso contrário, não estamos para a base do funcionalismo, trazendo nenhuma vantagem expressiva que possa resolver o problema pela espera de tantos anos.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Deputado, o senhor gostaria de saber o total de ocupantes em cada nível. No agente profissional - 7.891 pessoas; no agente de execução, aviação e penitenciário - 10.364 pessoas; e no agente de apoio, 27.779 pessoas: são 46.034.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sobre esta base de apoio que está concentrado o salário proposto de 351 reais, é o que tem a maior base de servidores - são 27.779, destes 27.770 servidores na hora da aposentadoria eles não levarão, com certeza, o salário de 351, mas, menos os 100 reais da gratificação. Então, ao aposentar esta legião de trabalhadores já de base salarial sofrida vai ter mais um aperto em sua aposentadoria e, com certeza, mesmo aos 60, 65 anos, terão que ter outra atividade para poder continuar a se manter na vida.

Esta é a indagação que faço, se leva ou não para a aposentadoria.

O SR. RICARDO AUGUSTO

A gratificação de assiduidade, não.

Esta é uma gratificação que é posta para o desempenho das atividades, na ativa. Então, nós temos aqui uma avaliação que é até R\$351,00, na classe 3, e ela tem a perspectiva de crescimento dentro das classes. Poder passar para a classe 2 e para a 1, chegando até R\$900,00. Esta é a variação e a perspectiva que vemos de crescimento do profissional, dentro da carreira, que ele não tinha. Está certo, começamos lá com R\$328,00 que é o início da 1ª classe de referência. Eu tenho aí 1665 pessoas e tenho o número de pessoas em cada um dos níveis. Nos R\$351,00, chegamos a 414 pessoas. Na classe 2, eu já tenho aqui perto de 400, 500 pessoas já na classe 2, num primeiro enquadramento que estamos fazendo. Então, há a perspectiva de crescimento, dentro da carreira, do nosso funcionário e é isso que estamos demandando.

Essa gratificação se fez necessária neste momento; na verdade ela foi realizada em janeiro ou fevereiro deste ano, aprovada aqui pela Assembléia, mas como uma situação de melhoria para nossos servidores, e é uma gratificação que pode ser retirada, a qualquer momento, os

senhores sabem disso e que vem na realidade até mesmo pode ser substituída por um incremento, nesta tabela.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para que possa levar proporcionalmente a gratificação para a aposentadoria, por que não se encontra o percentual da gratificação para o maior salário, que deve ser mais ou menos 8% e incluir-se 8% do valor do salário por assiduidade e não dar um valor fixo, porque no caso de um valor fixo nós estaríamos prejudicando as bases inferiores de salários no caso de uma aposentadoria aos pensionistas...

O SR. RICARDO AUGUSTO

Veja só, nós temos uma variação, porque isso impacta também no inativo, no aposentado, e nós temos 23.000 pessoas como inativos e isto representaria um aumento, em vez de 3 milhões, nós teríamos aí em torno de mais 2 milhões e trezentos, mês, na folha, praticamente dobra a proposta que está sendo feita aqui.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas nestas questão, senhor secretário, nós não estamos corrigindo aquilo que seja talvez o maior reclamo.

Por exemplo, aposentados do DER. Estamos vendo aposentados do DER passando necessidades extremas e foram pessoas que trabalharam, deram suas vidas dentro do sistema de atendimento do DER. E assim podemos olhar dentro do Iapar, podemos buscar outras instituições que têm as mesmas dificuldades, mesmo o setor de apoio ao setor de Educação. Se fizermos este comparativo, levaremos maior vantagem ao aposentado. O Estado tem que assumir alguma coisa aí, porque senão, não estaremos fazendo nenhuma reforma de forma a beneficiar aqueles que mais necessitam da melhoria do Estado, neste momento, nos seus salários.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Veja Exa., nós estamos aí ampliando o valor, e o valor é que nos limita. Estamos limitados num valor de 3 milhões e 135 mês, por isso este projeto de lei já é inclusive parcelado, ele tem um gatilho para 12 meses e um para 18 meses por força inclusive da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós temos aí os números que foram apresentados pelo nosso secretário da Fazenda, recentemente, aqui na Casa, e não podemos ultrapassar esses valores. Fechamos, o ano passado, com 49%, este primeiro quadrimestre tinha uma previsão de crescimento de 10%; crescemos 6%. Então nós não temos uma bola de cristal para que possa nos mostrar exatamente como fechamos o ano. Agora essa situação de se colocar também para o aposentado, é uma situação que impacta em números reais dentro da folha de pagamento, que representa incremento de mais dois milhões e trezentos/mês na folha. Isto é complicado na hora de se prever e se ter uma situação

clara em termos de crescimento de arrecadação, com relação também ao que se prevê para o ano que vem.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

A reestruturação do Estado, feita recentemente, trouxe quanto de economia, para os cofres estaduais?

O SR. RICARDO AUGUSTO

A reestruturação ainda não foi aprovada e pouco dela foi implantada. Algumas situações já foram implantadas e estamos dependendo da aprovação aqui da Casa.

Tão logo tenhamos isso, possamos aplicá-lo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas, quanto é a perspectiva da Secretaria da Administração, que essa reforma pode trazer em redução de custos ao erário público?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Em despesas de custeio podemos chegar a 20%. Em termos de pessoal, não. Porque as pessoas não são demitidas, as pessoas continuam trabalhando.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mesmo os cargos em comissão?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Veja, os cargos em Comissão, é uma redução muito pequena. Nós temos um total de três mil cargos. Mesmo em funções, a redução é muito pequena, não chega ao valor de dois milhões e trezentos que nós teríamos de alterar aqui.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor secretário, só esperava que esse plano viesse resolver uma questão angustiante, que é dos pequenos salários que o Estado do Paraná tem. Vejo que ele não cobre e não resgata essa perspectiva, que não é só minha, é de toda uma classe de servidores, que hoje não mais atuam, mas que deram o seu esforço para o bem do Paraná.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Ricardo Augusto, secretário da Administração.

Disse V. Exa. que o Plano - o quadro próprio do Poder Executivo - o projeto de lei que institui o quadro próprio do Poder Executivo, resgata uma dívida de 22 anos com o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Quero fazer uma pergunta a V. Exa. Esse projeto de lei encaminhado para a Assembléia, teve a participação dos funcionários públicos na sua elaboração?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Teve, sim, senhor! Teve a participação dos que realmente entendem de recursos humanos no Estado, os nossos grupos de recursos humanos que participaram de toda a elaboração do Plano e de pessoas da Secretaria do Estado da Administração, funcionários do quadro geral do Estado.

O SR. NEREU MOURA

Mas não teve um debate organizado com todo o funcionalismo através das suas entidades representativas do Estado do Paraná.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não chegamos a isso.

Nós trouxemos à Casa de Leis, para que pudéssemos fazer isso.

O SR. NEREU MOURA

O Plano de Cargos e Salários do funcionalismo, deveria, no nosso entendimento, ter a participação efetiva dos servidores, porque trata da vida deles, a sua vida profissional, pessoal e os seus sentimentos. V. Exa. também colocou ali, e nós tivemos dificuldades de acompanhar, em função do quadro diminuto que foi exposto os números, que serão doze meses para enquadrar todos os 46 mil servidores que serão beneficiados.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não. É um total de dezoito meses.

O SR. NEREU MOURA

Quanto o Estado vai ter de gasto adicional para enquadrar os servidores?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Um total de seis milhões/mês.

O SR. NEREU MOURA

Isso significa dizer que, em dezoito meses, teremos um acréscimo.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Teremos seis milhões/mês na folha de pagamento.

O SR. NEREU MOURA

Quando que irão começar os enquadramentos?

E para ser enquadrado, será necessário fazer um novo concurso?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não! Nós já temos os cargos das mais variadas carreiras, que são trezentos e oitenta e quatro. Estamos con-

centrando em 5 delas, com oitenta e duas funções. Esse primeiro enquadramento de cargos, um primeiro enquadramento salarial que representa um adicional/mês de três milhões cento e trinta e cinco reais.

O SR. NEREU MOURA

Perfeito.

Qual o período de permanência em cada nível de enquadramento, sabendo-se que são doze níveis distribuídos em três classes, significando dizer que são trinta e seis níveis; quanto tempo de permanência cada servidor terá em cada nível?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Em cada nível a promoção poderá ocorrer a cada quatro anos. A promoção, ou seja, diferenças de níveis a cada quatro anos para o funcionário do Estado; devendo-se observar os seguintes requisitos: existência de vagas na classe, a titulação escolar formal; experiência ou tempo de serviço. Então, isso já faz um primeiro enquadramento no primeiro momento.

Com relação à passagem de uma classe para outra, pode acontecer por antigüidade, avaliação de desempenho, titulação.

O SR. NEREU MOURA

Por concurso?

O SR. RICARDO AUGUSTO

E que vai acontecer ou por concurso público, mas daí é o provimento de um novo cargo.

O SR. NEREU MOURA

Mas a avaliação não é um concurso, secretário? Que tipo de avaliação?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Por concurso público ele pode passar para uma nova carreira; ele pode passar de um agente de apoio para um agente de execução ou para um agente profissional.

Agora, avaliação de função dentro da sua carreira pode acontecer desde que se cumpra a sua habilitação.

Então, se eu tenho, por exemplo, um jornalista que quer desempenhar uma atividade de engenheiro, ele pode mudar dessa função desde que tenha habilidade para engenharia, ou seja, tenha um curso de engenharia para que possa executar. Isso pode acontecer dentro da mesma carreira. Certo?

O que não posso fazer é, por exemplo, pegar um profissional que tem um nível médio e passar para um nível superior, ou seja, para um agente profissional sem o devido concurso público. Certo?

O SR. NEREU MOURA

Certo.

Senhor secretário, V. Exa. há de convir comigo que se cada servidor tiver que ficar até quatro anos em cada

nível e ele começar no início, ou seja, no nível um do início da carreira para poder chegar no final da carreira, multiplicando 36 por 4, o servidor vai trabalhar mais de 100 anos para poder chegar ao final da carreira!

Teria que trabalhar mais de 100 anos para poder chegar ao final da carreira?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não, porque ele faria um enquadramento em termos de classe e a partir do momento que ele faz o enquadramento numa classe 2 ou classe 1, ele cresce já na outra carreira na mesma proporção. Certo? Na outra classe numa mesma proporção.

Na realidade ele tem 12 níveis de referência.

O SR. NEREU MOURA

Mas para fazer um reenquadramento ele teria que optar por uma nova atividade, uma nova carreira?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não, ele pode crescer dentro da sua própria carreira, ele pode passar para uma classe 2 ou até para uma classe 1 em termos de crescimento. Ele pode ter uma progressão que é a segunda situação e isso representa ou uma titulação por experiência ou por avaliação de desempenho e pode passar de uma classe para outra.

O SR. NEREU MOURA

Senhor secretário, não quero concluir minhas palavras sem antes fazer-lhe um pedido, como secretário do Governo que está terminando agora, no final do ano, que se disponha, juntamente com a Assembléia Legislativa, a fazer um amplo debate sobre esse projeto de lei com os servidores públicos do Estado do Paraná, com as entidades representativas dos servidores públicos, pois, afinal de contas, é para eles que estamos fazendo a lei.

Quero lamentar profundamente, que depois de sete anos, Jaime Lerner mande para a Assembléia, no final do seu governo de oito anos, esse projeto de lei para enquadrar os servidores do Estado do Paraná.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Só um detalhe que gostaria de colocar: tivemos aí uma situação inédita para este governo que é a aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas antes disso, não tivemos condições de encaminhar plano nenhum e tão logo conseguimos isso, caímos de um índice de 74% de despesa de pessoal para 49% no ano passado.

Então, foi um esforço total do governo, e é claro em prejuízo realmente, aos salários dos nossos servidores, mas conseguimos com que o Estado se enquadrasse com o crescimento da arrecadação e, é claro, com o arrocho salarial que acabou acontecendo.

Conseguimos resgatar uma classe agora, é isso que imagino dentro da possibilidade que o Executivo enfrenta, dentro da possibilidade que ele tem agora de fazer o encaminhamento, de enquadrar depois de vinte e

dois anos, quarenta e seis mil servidores, dando perspectiva de crescimento, dando perspectiva de médio e longo prazo para o servidor.

Infelizmente, não é como gostaríamos. Se pudéssemos, teríamos feito isso há sete anos atrás, mas implicações legais não nos permitiram que isso fosse possível.

O SR. NEREU MOURA

Quando não tinha a Lei de Responsabilidade Fiscal era possível fazer, senhor secretário!

Faltou a vontade política de ser feita uma lei para dar um Plano de Cargos e Salários para os nossos servidores.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Senhor secretário, ouvi atentamente a sua exposição e gostaria de dizer que no artigo desse projeto que exclui os inativos, fere de morte a nossa Constituição Federal que prevê no artigo 40, no seu parágrafo 8º, que não pode haver diferenciação entre ativos e inativos.

Em segundo lugar, vejo tanto no artigo que fala das progressões como das promoções, que sempre o chefe do Poder Executivo é quem vai acabar determinando como isso deverá ocorrer e no momento que ele queira.

Então, não faz a transparência do Plano que nós esperávamos, ou seja: aquilo que é previsto num Plano de Carreiras e Salários, que o servidor possa fazer, efetivamente, a construção da sua carreira. Se ele continua à mercê da decisão do chefe do Poder Executivo.

E, por último, ainda, gostaria de entender, porque não consegui entender bem, porque é que a primeira promoção para o pessoal ativo, nos casos dos agentes de apoio, será após 18 meses; nos casos de agentes de execução, 12 meses; e para os agentes profissionais, imediatamente à publicação dessa lei.

Parece-me que isso depende de cursos a serem realizados pelo servidor. É isso?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não, Exa., na realidade estamos aí fazendo enquadramento dentro daquilo que é disponível em termos de valores referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós temos três milhões de reais, estamos fazendo um primeiro enquadramento no primeiro momento, e os demais em doze meses e dezoito meses. De acordo justamente, com a disponibilidade em termos de limite frente à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. MARCOS ISFER

Parece-me, sem querer prejudicar ninguém, extremamente injusto. Afinal de contas, sabemos da necessidade de todos os servidores para fazer o Quadro de Servidores do Estado.

Quando beneficiam alguns, dezoito meses antes que outros, no mínimo estaríamos sendo extremamente injustos com alguém.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Veja, Exa., estamos fazendo uma alteração, desculpe lhe interromper, nós temos para o agente de apoio uma variação em até 32%; para o agente de execução, em até 50% e para o agente profissional em até 25%.

Então, estamos dentro desses limites e procuramos equilibrar isso. Não estamos privilegiando uns em detrimento de outros; na realidade, estamos fazendo um enquadramento de maneira a beneficiar a todos.

Um primeiro enquadramento salarial e com gatilhos que possam vir a ser estatados tão logo aprovada a lei.

O SR. MARCOS ISFER

Olha, acho que tanto eu como os servidores que estão aqui, estão cansados de esperar a avaliação de desempenho que nunca ocorreu e uma série de outras medidas que na própria lei, no próprio estatuto do servidor já haviam, e nunca foram cumpridos.

Então, não sei, e gostaria de levantar isso aqui, porque nesse primeiro momento, alguns se beneficiam já da lei, e outros são postergados para daqui a dezoito meses, um ano e meio da sua publicação.

Parece-me injusto da mesma forma, e acho que o Estado tem condições, sim, de realizar já. Essa diferença cumprida desde já não faria crescer tanto assim o Quadro de Pessoal, tendo em vista a exposição feita pelo Dr. Ingo que sempre vem aqui, diz que a cada dia que passa a situação do Estado está melhor e ele arrecada muito mais do que o Estado espera dele e por outro lado gasta muito menos de pessoal do que o Estado espera dele.

Se esses números do Dr. Ingo são para valer, acho que isso poderia ocorrer.

Mas eu tenho mais uma dúvida além dessas que eu já coloquei. Existe, dentro do Plano de Cargos e Salários, algo que fala sobre cursos realizados.

Gostaria de saber do secretário se esses cursos foram ofertados a todos os servidores de todas as classes, se esses cursos são aqueles que foram feitos com o sacrifício pessoal de cada um dos servidores e, se assim o foram, lógico, é mais do que natural que haja essa compensação.

Mas, eu gostaria de saber se nesses últimos oito anos o Estado vem ofertando cursos regulares e se esses cursos serão contados, porque o que se observa muitas vezes, é que nós temos os famosos “carregadores de piano” no Estado, aquelas pessoas cuja função é indispensável. Quando ele pede férias, o chefe não dá. Quando ele pede licença para fazer um curso, o chefe diz que não pode dar, porque ele está ali exercendo a sua função e, em hipótese alguma, pode-se abrir mão dele. Em contrapartida, alguns outros são liberados ou por um problema de simpatia ou algum outro motivo.

Então, gostaria de saber exatamente que cursos foram, durante esses oito anos, ofertados para os servidores, para que neste momento eles possam, efetivamente,

ter a vantagem desses cursos na sua progressão, na sua promoção.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Uma série de cursos foram ofertados ao longo desses anos, Exa., e nós temos condições de contabilizá-los. Essa situação vai ser avaliada pela progressão, tanto na avaliação desempenho, como na relação titulação. E aquilo que o senhor disse é bem claro: nós temos aí uma série de profissionais que não podem se desligar ou não podem ser desligados ou a sua chefia não os libera para a execução de um curso ou outro. Essas pessoas, pelo desempenho de sua função, pelo desempenho de sua chefia ou pelo acompanhamento de um projeto, serão avaliadas de maneira diferenciada e existirá aí uma regulamentação que será feita através de um decreto, que é pelo governador mesmo, e essa regulamentação vem ao encontro do que nós queremos, que é valorizar aquele profissional que desempenhou uma série de atividades e que não teve condições de executar um determinado curso ou uma situação e ele tem condições de progredir, de crescer dentro da Carreira.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor secretário, eu gostaria então, neste momento, de solicitar encarecidamente que esse decreto viesse a esta Casa ainda antes mesmo da sua aprovação, porque senão nós corremos o risco de, amanhã ou depois, termos um decreto que beneficia apenas alguns apaniguados.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Veja! Na realidade, Exa. nós temos aí um decreto que está praticamente pronto, mas que passa por uma série de situações que é realmente a consulta à comunidade, a consulta a todos os grupos de recursos humanos e, inclusive na semana passada ainda estive no Instituto de Engenharia que forneceu uma série de subsídios que poderiam ajudar com relação a essa progressão como critérios e situações que podem representar. Agora, isso não significa que nós estaremos beneficiando uma ou outra situação; estamos aí dando situações de vantagens para todos os que desempenharam atividade normal, tanto de Chefia como até mesmo de frente a um determinado projeto, a uma determinada situação.

Então, isto é importante. Essa valorização que se faz àquele profissional que está sempre envolvido, que está sempre desempenhando a sua atividade, é importante, neste momento, que ele tenha essa valorização representada. E quando o senhor fala com relação ao nosso profissional inativo, talvez deva se referir com relação à gratificação de assiduidade, porque esse projeto não diferencia o ativo do inativo. Se observarmos a vantagem que ele tem em linhas gerais, é praticamente a mesma que nós temos, tanto os valores despendidos para o ativo como para o inativo. Em termos de valores, em termos de variação, é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhor secretário.

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que faço parte dos quarenta e seis mil funcionários do Quadro Geral que há muito tempo está aguardando esse Plano de Cargos e Salários. Até lembro-me de quando fiz a entrevista no IAP, a Banca me perguntou: O que você quer ser aqui no IAP? Eu respondi: eu quero ser presidente! E quatro anos depois eu fui presidente. Eu fui de técnico, chefe regional, diretor e presidente e fiquei no mesmo lugar.

E me permita aqui uma colocação: muita gente está mandando, até por ser funcionário, eu sou funcionário da Secretaria da Agricultura, licenciado. Então, muitos companheiros estão mandando, uns pedem que aprovem, outros pedem que discutam etc e tal. Mas, não fosse o servidor um servidor público, e não funcionário do Governo, eu acho que ficou muito tempo. Veja bem, toda a proposta que será aqui debatida e quem sabe aprovada, ela obviamente será cumprida por outros governos.

Então, eu acho, me permita o seguinte, foram feitas algumas considerações nesse sentido, mas eu acho que o governo setorizou os funcionários do Estado, os funcionários públicos, dando aumento aqui e acolá, conforme a pressão exercida.

E agora, há uma discriminação, sim, com relação aos inativos, por causa da gratificação, porque inativo, não é aqui no Estado do Paraná, é no Brasil, não pode ser descarte, é alguém que já passou, fez o seu trabalho, a sua carreira. Então, nós temos que ter cuidado, sim, com os inativos.

Agora, essa questão da hora em que vem o plano é uma coisa, se não fosse pelo fato do servidor ser perene e o governo ser passageiro, eu acho que deveria até se aguardar. Mas, há muito tempo se espera esse plano, e acho que cabe a nós discutir e eu aqui, particularmente, secretário, eu vou votar conforme for a decisão da maioria dos funcionários. Aliás, falando em votar, eu vou dizer para você o seguinte, se não foi feita a reforma administrativa, claro que não compete a V. Exa. responder, mas aqui nesta Assembléia o que é de interesse do governo, vota tudo. Então, quem sabe... só se não é de interesse do governo. Não sei! Se não é de interesse do governo, não foi votado aqui, porque se for de seu interesse, vota tudo o que quiser aqui porque ele tem a maioria absoluta aqui.

Então, secretário, eu gostaria de dizer o seguinte: eu acho que tinha que ter um critério mais claro com relação à ascensão do plano, em termos de avaliação e promoção. Acho isso fundamental, senhor secretário porque tem que se ter obviamente critérios para a ascensão dos funcionários e que realmente seja um plano de cargos e salários, não apenas e tão-somente no final do governo para dizer que cumpriu tabela. Eu digo isso porque quando os funcionários vinham aqui para reclamar de

salários, nós daquela tribuna, falamos: setorizaram os funcionários públicos do Paraná. E daí é o seguinte, dá abono! Dar abono é apenas um corretivo, é algo na hora que é bom para o funcionário, porque todo mundo está com o salário defasado, mas não colabora em nada para a carreira do funcionário.

Então, acho fundamental que tenhamos um Plano de Cargos e Salários, fundamental, nesse ponto. Eu acho que é consensual, secretário, apenas e tão-somente.

Acho que temos que debater qual é a melhor forma de se fazer esse Plano de Cargos e Salários, e principalmente com relação ao enquadramento, para que possamos, aí sim, fazer justiça àqueles que fazem carreira através do serviço público que é de boa qualidade, de excelente qualidade, não é um programa que qualquer governo põe na televisão, que não seja obviamente executado pelos funcionários e que na grande maioria depois de aposentarem passam por sacrifícios, porque a vida inteira o salário não lhes permitiu sequer adquirir um patrimônio próprio, quem sabe a sua casa!

Então, temos que ver realmente aquilo que dá para se fazer e se fazer com justiça. Não podemos, obviamente, imaginar que tenhamos aqui apenas e tão-somente no final de um governo, apenas para satisfazer, quem sabe, aí uma pretensão de se dizer: olha, nós deixamos um Plano de Cargos e Salários.

Não! Para começo, vai deixar para que outros governos cumpram.

Então, vamos discutir com os funcionários públicos, com as suas entidades, aquilo que se pode fazer, senhor secretário, para que nós possamos ser enquadrados. Eu mesmo, como deputado, sou passageiro, após terei que voltar a minha função na Secretaria da Agricultura e gostaria de ter, obviamente, uma ascensão que todo mundo espera, ninguém anda para trás na vida, todo mundo quando entra numa empresa, quer galgar degraus, quer assumir postos.

Então, é fundamental que nós tenhamos essa condição e não vamos discriminar os nossos aposentados porque muita gente aqui deve estar pensando, não, mas agora para mim o plano está bom, para outro não está bom. Só que é o seguinte, daqui a alguns anos todos nós, todos nós seremos inativos e não gostaríamos de voltar aqui à Assembléia para ver, quem sabe aprovar, plano que fosse injusto àqueles que já deram a sua vida trabalhando e servindo a população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor secretário, gostaria de saber de V. Exa. preliminarmente, se o senhor pode me dizer - nós temos o início da carreira, temos o meio da carreira e temos o fim da carreira, se o senhor pode me dizer quantos funcionários estão no início de carreira?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Nesta nova proposta?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não, é, pode ser nessa proposta ou na proposta antiga. Quantos, dos 46 mil estão no início de carreira?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Nós temos no agente público de apoio, no início de carreira - 1665 pessoas; no agente de execução, no primeiro nível salarial, ninguém, e no agente profissional, 1554 pessoas, já nesse novo enquadramento. Os outros, estão nos demais níveis de referência.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sabe, Ricardo, desculpe te chamar de Ricardo, pela juventude da sua pessoa, mas, secretário, eu vi uma discussão pela televisão um dia desses. Estava o ministro do Supremo Tribunal Eleitoral do nosso país, chamado Nelson Jobim foi questionado a ele por uma outra pessoa o seguinte: mas, ministro, o eleitor no Brasil precisa ter a urna eletrônica, mas precisa ter o comprovante de voto para que se possa fundamentar o voto, em irregularidade. Ele disse assim - mas é o Estado que garante, o Estado que garante que as coisas serão perfeitas, que não haverá irregularidade. Esta é uma razão do Estado - senhor Nelson Jobim falando.

Parece-me que esse entendimento do Nelson Jobim a respeito do Estado é igualzinho ao do Jaime Lerner, da administração que V. Exa. participa, pela seguinte razão: antes de existir o Estado, existem seres concretos que são chamados seres humanos, dotados de razão, inteligência e são eles, com o voto, que fundamentam a existência da democracia e do estado nacional. Então, o voto, essa unidade indivisível, precede, antecede, funda a existência do Estado moderno como nós conhecemos, a República.

A mesma coisa, secretário da Administração e Recursos Humanos, são os servidores públicos do Paraná. Quem fundamenta os serviços públicos do Estado do Paraná não é o diretor de Recursos Humanos, não é o secretário, não é o governador e não é o deputado, quem fundamenta e quem dá valor ao serviço público, são os seus servidores.

Por isso os servidores, objeto principal de um Plano de Cargos e Salários deveriam ter sido amplamente consultados em exaustivas discussões a respeito de um Plano de Cargos e Salários.

Aproveito esse momento, sem querer fazer demagogia, mas aproveito porque V. Exa. está aqui presente e os servidores também nos homenageiam nessa discussão.

Se a Lei de Responsabilidade Fiscal impedia a implantação de um Plano de Cargos e Salários, o que não é verdade e eu demonstro para o senhor que não é verdade, nem em números, porque o deputado Durval Amaral, líder do Governo estava aqui até agora, e os servidores públicos do Ensino Superior do Estado do Paraná ficaram 5 meses em greve, e a população do Estado do Paraná ficou 5 meses assistindo a propaganda na televisão, nos rádios, do secretário de Ciência e Tecno-

logia, Ramiro Walvoigt, do líder do Governo, deputado Durval Amaral, dos seus vice-líderes subirem a essa tribuna e dizerem sistematicamente que a Lei de Responsabilidade Fiscal impedia que se desse qualquer centavo de reajuste aos servidores do Ensino Superior.

Bastou os servidores ficarem renitentes numa greve de 5 meses e que apontava-se prolongar para o período eleitoral, imediatamente aquele impetitivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei maior que regula as finanças do Estado do Paraná, deixou de existir, e o governo arranhou, magicamente, uma solução para aportar 35 milhões para o Ensino Superior, o que é correto, para o Ensino Superior do nosso Estado!

Então, parece-me que muitas vezes os administradores estão se utilizando da Lei de Responsabilidade Fiscal com objetivos políticos: Ah! Agora eu dou aumento! Não, agora não dou aumento! Não, agora eu dou! Então, quando é bom, eu levanto o argumento da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando é do meu interesse, eu deixo a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas deixamos esse argumento de lado.

Sabe qual era o comportamento do governador, do Governo do Estado, e ele desaprendeu, porque o senhor tinha uma secretária, o senhor era diretor da secretária Maria Elisa Paciornik, e ela foi diretora de Recursos Humanos da Prefeitura quando Jaime Lerner foi prefeito desta cidade; eu na época era Vereador. Não quero nem questionar as posições políticas da Maria Elisa Paciornik, de apoiar o governador Jaime Lerner, ser secretária, mas quando foi prefeito, e quando ela estava à frente da Secretaria, 9 meses, um ano discutindo a transformação do quadro dos servidores municipais com todas as entidades, inúmeras reuniões da Câmara de Vereadores, equipes multifacetadas, supra de organizações discutindo *pari passu* todos os problemas. A mensagem, quando chegou na Câmara Municipal, chegou construindo um consenso na base e com a administração, e mesmo assim sofreu alterações.

De repente, o governador Jaime Lerner desaprendeu muita coisa, coisas que ele não fazia na prefeitura e no governo do Estado do Paraná, nesses 8 anos, a gente vê de monte, coisas erradas acontecendo!

Mesmo sem Lei de Responsabilidade Fiscal a sua Secretaria poderia ter conduzido uma discussão ampla com os servidores. Não tem uma única entidade representativa que o senhor possa afirmar com tranquilidade, com serenidade e dizer o seguinte: Esta entidade com a presença de fulano, sicrano, beltrano participaram exaustivamente da discussão daquilo que lhes é de fundamental interesse.

Então, este é um erro que gostaria de apontar no método antidemocrático, no método que é aquele método de governar de uma maneira imperial, sem querer ouvir, sem querer receber talvez nenhuma discordância a respeito das suas idéias. A gente não constrói um Estado democrático dessa forma, a gente não constrói uma vida melhor desta forma, e se o senhor for ver bem, no seu

Plano de Cargos e Salários, me desculpe secretário, mas muito mais me perece, porque o salário mínimo chegou a 200 Reais, e o Estado do Paraná não pode envergonhar o resto do Brasil tendo um início de Quadro de Carreira menor do que o salário mínimo.

Então, por isso a pressa, às vésperas de a Assembléia entrar em recesso e de uma lei eleitoral que impede que em noventa dias não se pode fazer nenhum reajuste para servidor público! Parece-me que a pressa e a vergonha do salário mínimo nacional ser duzentos reais e o início de carreira estar abaixo, porque os senhores vêm no afogadilho colocar um Plano de Cargos e Salários que, no meu modo de entender, ainda não tenho uma posição definida porque não estudei com profundidade, mas no meu modo de entender, não atende a carreira e o que interessa aos servidores do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Como não houve nenhuma pergunta dirigida ao senhor secretário...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, eu não fiz nenhuma pergunta, mas fiz uma manifestação.

O senhor me dá uma Questão de Ordem.

Fiz uma manifestação do método, da construção que é Plano de Cargos e Salários e o secretário - é minha opinião particular, tem todo o direito de expor a sua visão e contraditar tudo o que falei a respeito do Plano de Cargos e Salários.

Receba isso como uma pergunta declaratória.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Se o senhor me permitisse, só fazer um esclarecimento. Vejo que, infelizmente, nós não tivemos condição principalmente com relação a tempo, de discussão com todos os servidores. Essa é uma situação que com certeza mereceria um destaque e que foi encaminhado para a Assembléia Legislativa para que, numa oportunidade como essa, pudéssemos tecer comentários e dar toda a clareza com relação ao processo e transparência com relação ao que está sendo feito. Infelizmente não tivemos condição porque a sinalização com relação à possibilidade, frente à Lei de Responsabilidade Fiscal, só apareceu agora. Nós não tivemos condições de fazer isso antes e sabemos que o nosso governador precisa entregar no final do ano, dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e não só dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas com relação ao ajuste fiscal, acordado com o Banco Central e com a Secretaria do Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor secretário Ricardo, gostaria de perguntar a V. Exa. se poderá disponibilizar os nomes dos funcionários do Estado com os respectivos salários? Dos que compõem a folha de pagamento do Estado, se V. Exa. poderá disponibilizar os nomes dos funcionários da ativa e da inativa, com os seus salários.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não. Relação, não, mas posso lhe apresentar a relação dos salários, mas não com o correspondente nome, porque isso é um sigilo de cada um dos servidores, a não ser que ele autorize.

O SR. NEIVO BERARDIN

V. Exa. poderia precisar aproximadamente quantos recebem mais de cinco mil reais por mês, do Estado?

O SR. RICARDO AUGUSTO

De pronto eu não tenho essa informação, mas não são muitos não.

O SR. NEIVO BERARDIN

Veja bem, essa pergunta se deve porque nós temos que ter uma noção mais próxima de quanto levam os inativos e quanto recebem aqueles que foram aposentados como procurador do Estado, saber o quanto representa essa despesa e quantos recebem um salário exorbitante, enquanto outros recebem um salário irrisório.

Eu gostaria de perguntar a V. Exa., quanto é que gasta o Estado com serviços terceirizados?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Um total de 2,5% sobre o total de despesa de pessoal.

O SR. NEIVO BERARDIN

E quanto representa isso, em termos de gasto para o Executivo?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Já lhe disse: 2,5 dentro dos 49%.

O SR. NEIVO BERARDIN

Qual seria o total de reajuste médio?

O SR. RICARDO AUGUSTO

O reajuste médio dos funcionários dá 2%.

O SR. NEIVO BERARDIN

E o Estado está dentro do limite constitucional da Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Sim. O Estado gasta neste momento, contando o terceirizado, estamos com 45,16%. Isto foi apresentado aqui, nesta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Acho que o senhor está se equivocando.

O SR. RICARDO AUGUSTO

De janeiro a abril 44,63%. Este índice foi retirado do site da Secretaria da Fazenda.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas há um contraditório no que está V. Exa. dizendo, que tirou do site, do que está escrito na prestação de contas do Governo.

O SR. RICARDO AUGUSTO

No primeiro quadrimestre, 44,63%.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor secretário, o governo não confessaria, publicamente, que estaria descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal!

O SR. RICARDO AUGUSTO

As contas estão abertas a V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas temos conosco a prestação de contas que não corresponde exatamente com essa despesa, com os terceirizados.

O SR. RICARDO AUGUSTO

A prestação de contas do ano 2001, o índice era de 49,01%. No primeiro quadrimestre chegamos a 44,63 que nos permitiu, inclusive, encaminhar o projeto de lei à Assembléia.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então, vamos imaginar que hoje representa 48%, 47% - 44 mais 2,5 de terceirizados.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Não, não. No total, 44,63, inclusive com os terceirizados.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quer dizer que vai representar um aumento médio de 2%, em média. E V. Exa. não pode, também, mesmo que próximo, dizer quanto se gasta com cargos em comissão?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Do Executivo, perto de 110 milhões que é o que varia mensalmente.

Temos um valor de 4 milhões e 400.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quer dizer, 4% da despesa com funcionários é cargo em comissão.

Estou satisfeito, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Há quatro anos atrás, eu patrocinei aqui junto aos deputados de Oposição e Situação, a coleta de assinaturas para um projeto que provocava uma discussão na Assembléia do plano de cargos, carreira e salários dos professores ou dos trabalhadores de Educação, no Estado do Paraná. Há 3 anos, festivamente, foi aprovado um requerimento de urgência, nesta Casa, no dia 17 de junho de 1999, um ano depois da coleta de assinaturas. Então deve ser, na história da Assembléia Legislativa o requerimento de urgência mais demorado, porque aqui, quando o governo quer, em 24 horas chega o projeto e se aprova!

Nós apresentamos este plano, senhor secretário, por conta da exigência da Lei nº 9394, de 1966, que obriga que todos os Estados e municípios do Brasil tenham um plano de cargo, carreira e salário específico para o setor educacional porque, em todos os Estados democráticos do mundo, a Educação é tida com elevada consideração. Os profissionais não lidam com máquinas nem com papéis; lidam com seres humanos, e por isso têm um destaque muito especial. E não é só o caso brasileiro. Todas as nações que querem estar desenvolvidas ou em desenvolvimento, tratam a Educação com especial carinho.

Mas nesta tarde, senhor secretário, queremos um plano para todos os servidores do Estado do Paraná, que os valorize na sua intenção de continuar servindo o povo paranaense. Obviamente os profissionais da Educação somam ao projeto de interesse dos funcionários do Executivo, mas querem apartadamente, ter o seu próprio plano.

Qual é o setor - e eu faço isso com absoluta responsabilidade - do governo do Estado do Paraná que hoje é fortemente criticado? É o setor de Segurança Pública! O problema de segurança, no Paraná, com o governo Jaime Lerner, ganhou o mesmo status do problema de segurança do Rio de Janeiro e São Paulo, tanto é que o governo federal já determinou política específica para São Paulo, para o Rio de Janeiro e para o Paraná.

Quais são os servidores que o governo melhor tratou, em termos de remuneração? Os oficiais da Polícia Militar receberam remuneração em até 80% e os delegados! São exatamente os mais aquinhoados é que devem mais serviços de interesse do povo paranaense! E este plano que ora é apresentado, não está beneficiando aqueles servidores que não têm trazido vergonha ao Estado do Paraná, como eu citei, e também não são eles os responsáveis, se o governo deixa de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal! A Lei de Responsabilidade Fiscal e o seu limite estão na medida dos recursos públicos. Se eu arrecadar mais eu posso pagar mais, porque o percentual varia, se eu arrecado mais. No entanto, o Governo tem dado dinheiro para empresa como a Renault, desrespeitando o princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal, e

com isso puxando aí, do ponto de vista legal, a argumentação que não pode atender os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Senhor secretário, objetivamente eu questiono o seguinte, após essas considerações: - Por que é que o governo não se ocupou dos servidores públicos do Estado do Paraná, dos servidores e trabalhadores em Educação, pelo menos um ano e meio antes? Seis meses atrás? Quais foram os motivos de ordem operacional, de ineficiência, quais são os problemas que aconteceram durante esse período para não apresentar um projeto com antecedência? Claramente, senhor secretário, estamos chegando ao recesso parlamentar. Depois, temos período eleitoral, e esta Assembléia, por óbvio, não vai funcionar a todo vapor, nem o governo: estará todo o secretariado envolvido em campanha, como se envolveram em campanha para derrotar meu colega Ângelo Vanhoni, e obviamente não vai ser desta vez que vão ficar fora da campanha. Por que é que o governo não mandou essa Mensagem seis meses atrás, um ano e meio, dois anos, quatro anos atrás? Quais foram os problemas que o governo tinha, ou faz parte, senhor secretário, de uma tática, para que toda discussão fique para depois das eleições? Se o governo perder as eleições, aí sim, vai aceitar todas as propostas dos servidores, que o pepino vai estourar na mão do próximo governador. Ou se porventura, muito dificilmente, mas essa possibilidade existe de o governo fazer o seu sucessor, aí efetivamente vão ficar enrolando mais dois ou três anos a tramitação nesta Casa, porque a qualquer momento o governo pode retirar a Mensagem, a qualquer momento pode orientar os seus deputados, que enrolem a mensagem, que não aprovem a mensagem!

Por que é que o governo não apresentou a mensagem com antecedência mínima, para que pudéssemos votar e ficar sem o sufoco do período eleitoral?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicitamos encarecidamente aos nossos visitantes, que por gentileza, todos os senhores são bem-vindos, mas vamos respeitar as normas da Casa, e assegurar a palavra aos seus oradores. Não é permitido manifestação nas galerias.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Tive a oportunidade de responder essa sua pergunta um pouco antes. Talvez o senhor não estivesse na plenária, mas nós não tivemos a possibilidade de fazê-lo antes, por força clara da indisponibilidade com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fechamos o índice em 49%. É conhecimento de V. Exa., que não tínhamos a possibilidade. Esse primeiro quadrimestre nos deu chance inclusive de conceder uma série de vantagens, inclusive para nós servidores, que nos permite nesse momento encaminhar o projeto de lei do quadro geral. Estamos com um índice de janeiro a abril de 44.63, o que neste momento é o que nós podemos

fazer, o que podemos realmente encaminhar ao projeto de lei.

Fico satisfeito com os parabéns, porque são vinte dois anos que nenhum outro governante se preocupou com a situação. E o governador Jaime Lerner, quando pôde, quando realmente tem condições, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal permite, ele vem e faz o projeto de encaminhamento de lei.

O SR. IRINEU COLOMBO

Mas foi dado aumento para os coronéis da Polícia Militar e não teve problemas com a Lei de Responsabilidade Fiscal!

O SR. RICARDO AUGUSTO

Naquele momento nós tínhamos condições de ser feito.

O SR. IRINEU COLOMBO

O Estado democrático, o governo democrático discutiria com os servidores, inclusive com os coronéis. Não somos contra eles. A questão é destacar. Uma discussão democrática com todos os setores, quer mecanismo para oxigenar a democracia na participação do governo, resolver esse problema. Naquela ocasião nós poderíamos ter feito um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que desse segurança, concurso público, que contemplasse a todos com os gastos que o governo projetou.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Sem dúvida, nós tivemos em 2000 a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal. Antes disso tínhamos a Lei Complementar de 96, e antes disso a Lei Camata, certo?

Infelizmente, não tivemos oportunidade de realizá-lo antes.

Esse plano de cargos vem num momento que o Estado vê-se preocupado com essa situação e procura resgatar esse problema; resgatar, realmente, esses vinte e dois anos, e vejo que, pelo bolo de aniversário, os servidores, realmente, querem o plano de cargos e é uma proposta que imaginamos seja aprovada o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente Elio Rusch, secretário Ricardo, servidores aqui presentes.

De início, gostaria de discordar de algumas afirmações que V. Sa. fez quando afirma que nenhum outro governo se interessou pela questão.

Em 1994 eu tinha o privilégio de presidir a Assembléia Legislativa, naquele momento, quando no final do Governo Requião - Mário Pereira, o governador Mário Pereira enviou à Assembléia Legislativa um plano de cargos para os servidores públicos do Estado do Paraná.

Passada a eleição, já com a vitória do governador Jaime Lerner que ocorreu, todos sabemos, no primeiro turno, não se verificou mais condições políticas de se aprovar aquele plano de cargos que o governador Mário Pereira tinha enviado à Assembléia.

Lembro-me com clareza disso, porque presidia a Assembléia e conduzia, naquele momento, toda a discussão e o processo de votação do plano.

Naquela oportunidade, por sugestão e emenda da bancada que representava na Assembléia, naquele momento, o governador Jaime Lerner que seria empossado em janeiro de 1995, atribuiu-se uma emenda substitutiva a todo aquele plano, concedendo, se não me falha a memória, 16%, linearmente, para todos, o que causou benefícios para uns e prejuízos para outros, mas foi o que foi possível aprovar naquela oportunidade.

Então, existiu, sim, no governo Requião, no período em que Mário Pereira era o nosso governador e que nós presidíamos a Assembléia, um plano de cargos, carreiras e salários, um quadro próprio do Poder Executivo, como poderíamos chamar, e que não foi aprovado justamente por interferência já do governo Jaime Lerner, que pediu que aquele plano não fosse aprovado e que ele assumia o compromisso de no mês de fevereiro de 1995, enviar o plano para ser discutido dentro da visão do novo governo.

V. Sa. falava dos impeditivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós temos conhecimento disso e sabemos que são verdadeiros esses argumentos, mas eles são verdadeiros a partir de maio de 2000, quando a Lei Complementar nº 100 entrou em vigor, porque antes não tínhamos a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se tem este governo sete anos e meio de existência e a Lei de Responsabilidade Fiscal apenas dois, então passaram-se cinco anos e meio sem que o governo enviasse à Assembléia Legislativa esse plano.

Faço também aqui o seguinte apelo: não tenho nenhum questionamento, nenhuma sugestão específica, até porque não quero ser patrocinador de propostas de alteração desse plano que aí está, quero primeiro conhecer as propostas e as sugestões dos servidores e foi por essa razão que um requerimento nosso, apoiado por mais de duas dezenas de deputados, foi discutido e apoiado por unanimidade aqui nesta Casa e quero, inclusive agradecer ao presidente Hermas Brandão e ao líder do Governo, Durval Amaral, que nos asseguram a sua vinda aqui a este plenário, e está se concretizando no dia de hoje, mas, quero fazer um apelo, porque este é o apelo que tem chegado até nós:

Que possamos, nesta fase que está aqui na Assembléia Legislativa, hoje, estamos tendo esta primeira oportunidade com V. Sa. de discutir o quadro próprio do Poder Executivo, amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, estabelecer já uma discussão desse plano. Que possamos realizar mais uma ou duas audiências públicas, envolvendo e contando com a presença dos servidores, para que possamos conhecer, pontualmente, quais são as

preocupações, quais são as sugestões, quais são as reivindicações, porque, de repente, as reivindicações que se fazem são passíveis de atendimento e o plano fica o tamanho que pode o Governo e do jeito que gostariam que fosse os servidores.

Então, faço essa sugestão para que não fechemos a discussão, em hipótese alguma.

Que nós possamos ter aqui, toda a agilidade para votar esse quadro próprio ainda nesse mês de junho, mas que antes disso, nessa semana e na semana que vem, possamos realizar tantas quantas reuniões, audiências, com os sindicatos, com os servidores e com o governo, para que o governo, da mesma forma, possa recepcionar essas sugestões, fazermos a compatibilização de tudo e termos um quadro próprio do Poder Executivo para os servidores. Repito, do tamanho que pode o governo e nos moldes e no desejo dos servidores.

Mas hoje, lhe agradeço por ter vindo aqui e espero que nós prossigamos nesta discussão, porque como disseram todos, não adianta aprovarmos um plano que daqui a um ano, dois anos, já tenha perdido a sua eficácia, não atenda mais aos anseios de quem é o beneficiário desse plano, que é o servidor público.

O SR. RICARDO AUGUSTO

V. Exa. nós nos encontramos à disposição para toda e qualquer dúvida e questionamento com relação ao plano de cargos.

Gostaria só de lembrar que tivemos, é claro, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir do ano de 2000, maio de 2000, mas antes disso tivemos a Lei Complementar 96, que também impunha limites de 60% também impunha um limite de 60% para com o funcionalismo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor secretário, gostaria de dizer que faz muito tempo realmente que os servidores do Estado estão aguardando por este projeto, por um plano de carreiras.

A partir do momento que ele chegou nesta Casa, nos trouxe também grandes preocupações, porque sentimos que mesmo com as suas explanações, é notório que ele é discriminatório, tanto no que se refere à questão de promoção, como também a Tabela de Progressão.

Queria endossar as palavras do deputado Orlando Pessuti, que é muito importante que se faça mais discussões, que possamos ouvir o Sindicato dos Servidores, de Saúde, APP Sindicato, para que possamos esclarecer todas as dúvidas que os servidores têm.

E uma das dúvidas, que inclusive chegou a esta deputada, é como fica a situação dos atendentes de enfermagem, que já atuam como auxiliares de enfermagem.

No projeto como é que eles se enquadram, se vai continuar dessa mesma forma ou vai ser enquadrado como Auxiliar de Enfermagem?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Temos aí uma situação de variação de função.

Dentro dessa visão ele permanece dentro de um mesmo enquadramento, dentro de uma mesma carreira e com uma função diferenciada.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Mas ele vai ficar com o salário menor e sabendo que a responsabilidade dele é bem maior.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Ninguém reduz o salário! Nenhum dos servidores vai perder salário.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Estamos falando em redução de salário.

Se ele já tem curso e atua como auxiliar de enfermagem, conseqüentemente, deverá receber como tal, porque a partir do momento que ele vai ficar na mesma situação que ele está hoje, isso significa que está sendo reconhecido porque a função que daí ele exerce é uma função de maior responsabilidade. Exige inclusive a questão de um 2º grau, de um curso de auxiliar e no entanto, o Governo daí não reconhece isso.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Veja, não é uma questão de reconhecimento.

Isso para acontecer, nós teríamos que ter um concurso, senão estaríamos falando aqui em provimento derivado. Isso não é possível, de acordo com a Constituição.

Então, não é uma questão de reconhecimento. Nenhum deles perde salário, nenhum deles receberá menos, mas infelizmente o provimento derivado não é permitido pela lei, pela Constituição!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Gostaria então de reforçar, porque do mesmo jeito que o senhor fala que vai ferir a Constituição, o projeto já a fere porque é discriminatório!

Gostaria de reforçar que é muito importante, já que há tanto tempo os servidores esperam por esse plano, que façamos uma discussão que ouçamos mais os servidores, para que venha a contemplar os servidores e não que ele seja dessa forma, porque sabemos que não vai contemplar, que muitos servidores estão descontentes com o projeto, com a forma com que ele está sendo colocado.

Muito obrigado!

O SR. RICARDO AUGUSTO

Eu só não gostaria que nessas discussões e, se tivéssemos realmente agilidade nessas discussões, para que não víssemos o servidor prejudicado pela não aprovação do plano, porque nós gostaríamos que ele pudesse ser aplicado ainda neste ano.

Era essa a nossa intenção.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhor secretário. É uma satisfação tê-lo aqui e inicialmente também os meus cumprimentos pela disposição, pela vontade de vir até esta Casa esclarecer sobre uma mensagem que realmente é bastante polêmica. Ela é importante para o servidor público, mas ao mesmo tempo bastante polêmica, quando ela não chega, evidentemente, a atender aos anseios de todos os setores da classe de servidores públicos do Estado do Paraná.

Eu queria inicialmente, senhor presidente, fazer aqui um apelo à Mesa Diretiva da Casa, neste momento presidida por V. Exa., de que nós, a partir deste momento, fizéssemos ou criássemos uma comissão para tratar desta mensagem ou a Comissão de Constituição e Justiça, que é por onde o projeto vai passar e receber o parecer mais importante da sua legalidade, da sua constitucionalidade, que nós abríssimos uma série de debates. Hoje, por exemplo, aqui seria interessante, que o secretário tivesse a oportunidade de ouvir os principais dirigentes dos sindicatos dos servidores públicos do Estado do Paraná e tivéssemos um espaço de cinco a dez minutos para expor as suas preocupações. Sem dúvida ficaria um processo bastante democrático se isso realmente fosse entendido.

Como no entanto já foi estabelecido anteriormente que o espaço seria dado ao secretário, então eu faço a segunda proposta: que o horário do Grande Expediente de amanhã, nós pudéssemos ouvir aqui, senhor presidente, tantos quantos líderes sindicais quisessem, para que ocupassem também por cinco ou dez minutos esta tribuna, para também expor a nós, parlamentares, os anseios, a preocupação de cada um, porque, volto a reafirmar, seria uma forma democrática de dar esse espaço também.

E, em terceiro lugar, constituir uma comissão ou fazer da Comissão de Constituição e Justiça o fórum de debates para se esmiuçar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos.

Faço também aqui algumas indagações ao secretário.

Todo servidor público tem o seu valor, cada um na sua função, mas há, na área da Segurança Pública, evidentemente, e na área do Sistema Penitenciário onde se exige muito mais do servidor público e, lamentavelmente, não se dá o devido tratamento a esse servidor. Por exemplo: um agente penitenciário começa a sua carreira com um pouco mais de duzentos e quarenta reais. Ele está sujeito a tudo dentro de uma penitenciária, até mesmo aquele que trabalha no setor de apoio, aquele que cuida do almoxarifado, aquele que cuida dos equipamentos.

Aí, nós vamos para aquele que enfrenta de peito aberto toda a violência que tem dentro de uma penitenciária, todo o risco que tem e, aliás, na semana passada

nós fizemos um culto ecumênico onde fizemos uma homenagem ao servidor público Luciano, um dos quarenta e dois agentes penitenciários que tombaram mortos em defesa do cumprimento do seu dever, como servidor público, e cujas viúvas ficaram com uma miserável aposentadoria que certamente não lhes dá nenhuma tranquilidade para a formação futura de seus filhos.

Aí, nós passamos do agente penitenciário, com um pouco mais de trezentos reais por mês, aí vamos à classe dos técnicos que são os advogados, que é o pessoal da Saúde, o pessoal da Educação, esse pessoal que tem uma enorme responsabilidade de preparação de laudos, de estudos, o pessoal que trabalha na área da Psicologia, o pessoal da Psiquiatria, enfim, vários setores que também não têm a devida valorização.

Eu pergunto ao secretário: a área da Segurança Pública, área do Sistema Penitenciário, considera-se uma área de risco, uma área que tem que ter um tratamento diferenciado. Isso, parece-me, que não chega a ser atingido dentro deste novo plano. O que é que estas pessoas que estão aqui, que poderiam estar com o seu dia de folga descansando porque amanhã retornam ao trabalho, o que essas pessoas podem esperar desse Plano de Cargos, meu caro secretário?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Respeito, que é o que ele tem, porque há muito tempo não se via isso, deputado. Nós temos aí 2.731 agentes penitenciários, temos um total de 1.775 colocados na classe 3; 546 na classe 2; e 410 na classe 1, e aí há uma perspectiva de crescimento dos demais, ou seja, daqueles que estão na classe 3, 2, 1, de médio e longo prazo.

Essa é uma perspectiva que nenhum deles pede salário, todos eles têm um crescimento nesse primeiro momento. Mas, com a perspectiva de crescimento, isso represente aí uma melhoria profissional. Sabemos que teremos profissionais melhor qualificado e com certeza melhor qualificado para o atendimento, para a tarefa específica que ele desempenha. Isso representa respeito.

O SR. ALGACI TULIO

Sem dúvida alguma, nós até reconhecemos que até houve um certo avanço nesse sentido, ninguém pode negar que nesse governo houve um certo avanço.

Agora, eu pergunto: como é que vai se estabelecer um estudo técnico para quem é, por exemplo, da classe de apoio, agente de apoio, como é que o cidadão do almoxarifado, uma mulher da limpeza, de que maneira vai se fazer o estudo técnico para que ele tenha os seus avanços, se é que ele também vai atingir, porque pelo que se constata aqui esses avanços vão começar a ser sentidos, quem sabe atinja até o sexto ou quinto mês da possibilidade de um avanço, como é que vai se fazer uma análise para se avaliar tecnicamente o agente de apoio?

O SR. RICARDO AUGUSTO

Ele será avaliado por avaliação-desempenho, por antiguidade e por titularização, ou seja, ele faz o acompanhamento, ele desempenha uma atividade especial, ele vai receber a valorização de acordo com esse desempenho. E nesse caso específico do agente de apoio, a avaliação-desempenho é fundamental, porque é o acompanhamento da sua atividade profissional, e isso para nós é importante e com certeza será reconhecido.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu volto, então, a ratificar aqui as propostas de que, ou a Comissão de Constituição e Justiça seja o fórum para debates deste plano de cargos e salários ou então criarmos uma comissão. E faço uma proposta, atendendo o apelo de líderes sindicais aqui, da categoria dos servidores públicos, para que se abra amanhã um espaço a 03 ou 04 setores...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito a V. Exa. requeira para que façamos a inclusão da participação no Pequeno Expediente e no Grande Expediente.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, senhor presidente, muito obrigado, senhor secretário.

O SR. RICARDO AUGUSTO

Nós estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos a presença do secretário, que prontamente aceitou o convite desta Casa para que viesse colocar aos parlamentares e aos nossos visitantes as informações que foram de interesse dos parlamentares. E amanhã, como V. Exa. mesmo ouviu, nós vamos colocar também um espaço aos sindicatos e posteriormente encaminharemos a V. Exa., por escrito, as solicitações.

Muito obrigado. pela sua presença!

O SR. RICARDO AUGUSTO

Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme entendimento com as Lideranças, entramos na Ordem do Dia.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que incentiva o recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 216/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademar Traiano, visa incentivar o recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação às emendas apresentadas em plenário, somos de parecer favorável às mesmas.

Sala das Comissões, em 04.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira, e 01 ilegível.

Está em votação a Emenda.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. falou que iria retirar por uma Sessão...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, vai ser o item 02 que vai ser retirado por uma Sessão.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Então, verificação de votação, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada Nominal dos senhores parlamentares.
Consulta V. Exa. se tirar por uma Sessão...

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Tudo bem, se tirar por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta o autor do projeto se podemos retirar por uma Sessão?

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Sem problemas, senhor presidente, concordo, mas volta amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento nº 1675, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 216/2002.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 13213, de 29 de junho de 2001, conforme específica, (Precatórios). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1669, de autoria do deputado Tony Garcia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 256/2002.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO, PROPOSTA AO PROJETO DE LEI Nº 256/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a redação do artigo 1º da Lei 13.213, de 29 de junho de 2001.

A matéria recebeu emenda de Plenário, que faz a adequação da redação do artigo 1º, incluindo tão somente a disposição autorizando a compensação também de créditos fiscais lançados em processo administrativos fiscais. A lei original já previa a compensação de créditos fiscais inscritos em dívida ativa.

Em razão do exposto, emitimos parecer favorável à emenda de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 256/2002.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, Marcos Isfer, Orlando Pessuti, Ademar Traiano, Moysés Leônidas, Carlos Simões, Sérgio Spada, Algaci Tulio Serafina Carrilho, Hermes Fonseca.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que acrescenta duas vagas conforme especifica a Lei nº 12.904/2000. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que estabelece, para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Odontológica do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 439/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que institui a Região Metropolitana de Cornélio Procopio e dá outras providências. PARECE FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1641, de autoria do Moysés Leônidas, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 439/2000.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a dilatar o prazo para requerimento do ICMS de empresas enquadradas no Programa Paraná Mais Emprego. PARECER FAVORÁVEL DA CF. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1654, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 129/2001.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação da Lei Estadual nº 10331 de 09 de junho de 1993. (Funcionários). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 147/2001

Altera a redação original do Projeto de Lei 147/2001, conforme segue:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a excluir do limite de estabelecimento no artigo 1º da Lei 10.331, de 08 de junho de 1993, os servidores inativos portadores das seguintes moléstias, entre outras, neoplasias malignas, síndrome de imunodeficiência adquirida, cardiopatia grave, tuberculose ativa, alienação mental, cegueira, hanseníase, doença de parkinson, nefropatia grave, paralisia irreversível e incapacitante, espondilostrose anquilosante, osteíte deformante e doenças neurológicas progressivas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Nelson Tureck, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Luiz Fernandes da Silva Litro.

JUSTIFICATIVA:

Considerando o disposto no inciso I do artigo 66 da Constituição Estadual, que reserva ao governador do Estado a iniciativa de processo legislativo da matéria relativa aos servidores públicos, respectivos cargos, funções ou remuneração, é imperioso que se apresente substitutivo geral corrigindo, inclusive, equívoco de técnica legislativa verificado na redação original proposta.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2001, que institui no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Fundo Estadual de Segurança Pública - Funseg, de personalidade jurídica única, com um só título

de receita, caixa, patrimônio e de escrituração contábil, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 07, de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA CORRETIVA, MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 178/2001

A presente emenda tem por objetivo alterar a redação original do Projeto de Lei nº 178/2001, para corrigir a redação do artigo 6º, modificar o *caput* do artigo 7º e seu parágrafo 3º e, ainda, para suprimir-lhe o § 1º, reenumerando os demais parágrafos como 1º e 2º, conforme redação a seguir:

“Art. 6º - As receitas previstas para o Funseg serão recolhidas em conta especial em agência do Banco Itaú S/A, por força do disposto no artigo 1º da Lei 12.909, de 23 de agosto de 2000, mediante Guia de Recolhimento (GR-PR), sob denominação de Fundo Estadual de Segurança Pública e o resultado das aplicações financeiras reverterão em receita própria do Fundo.

Art. 7º - As receitas previstas para o Funseg serão geridas pelo Conselho Diretor, após Plano de Aplicação devidamente aprovado para cada exercício financeiro, observando-se estritamente o que dispõe esta lei.

§ 1º -...

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo poderá alterar por decreto os percentuais previstos no § 1º deste artigo, sob proposta fundamentada do Conselho Diretor do Funseg”.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Cesar Seleme, Ademar Traiano, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O artigo 9º passa a ter a seguinte redação:

“Art 9º - O patrimônio do Funseg será constituído pelos bens móveis e imóveis que forem adquiridos a partir da data de criação do Fundo, devendo os bens móveis e imóveis pertencentes ao FUMPM, ao Funrestran e ao Fonrespol ser incorporados ao patrimônio da Polícia Militar do Paraná, ao departamento Estadual de Trânsito e ao Departamento de Polícia Civil, respectivamente.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

O artigo 7º passa a ter a seguinte redação:

“Art 7º - As receitas previstas para o Funseg serão geridas pelo Conselho Diretor, após Plano de Aplicação devidamente aprovado para cada exercício financeiro, observando-se estritamente o que dispõe esta lei”.

§ 1º - Para o recurso total do Funseg programado para cada exercício financeiro, o Plano de Aplicação obedecerá a seguinte composição distributiva;

I - 60% (sessenta por cento) para a Polícia Militar do Paraná;

II - 20% (vinte por cento) para o Departamento de Polícia Civil;

III - 20% (vinte por cento) para o Departamento Estadual de Trânsito - Detran”.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Inclua-se onde couber:

“Os recursos oriundos do Funseg deverão ser aplicados conforme abaixo especificado:

I - 60% (sessenta por cento) em Despesa de Capital (investimentos);

II - 40% (quarenta por cento) em Despesas de Custeio”.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Fica suprimida a expressão “até o limite de “, dos incisos I, II e III do parágrafo 2º do artigo 7º, suprimindo integralmente, também, o parágrafo terceiro mesmo artigo, passando os incisos do parágrafo 2º a vigor com a seguinte redação:

“Art 7º -...

§ 1º -...

§ 2º -...

I - 50% (cinquenta por cento) para a Polícia Militar do Paraná;

II - 25% (vinte e cinco por cento) para o Departamento de Polícia Civil;

III - 25% (vinte cinco por cento) para o Departamento Estadual de Trânsito - Detran”.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Nelson Garcia, Hidekazu Takayama, Antonio Carlos Belinati.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Fica suprimido o parágrafo 3º do artigo 7º do Projeto de Lei nº 178/2001.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(aa) WALDYR PUGLIESI, ORLANDO PES-SUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA, CEZAR SILVESTRI, RENATO GAÚCHO E PASTOR EDSON PRACZYK.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Inclua-se o inciso V ao artigo 7º, parágrafo 1º do Projeto de Lei nº 178/2001:

“V - até o limite de 30% (trinta por cento) das receitas do Funseg para as despesas de custeio de que trata esta lei”.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Elio Rusch, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Carlos Martins e Antonio Carlos Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A inserção do percentual destinado a cobertura parcial do custeio ajusta-se as especificações do projeto constantes do artigo 2º, incisos e alíneas.

Análoga previsão é estipulada em outros Fundos (Justiça) que consagram a participação de recursos da mesma origem, que permitam a viabilização dos investimentos feitos, exemplificadamente aquisição de veículos e decorrentes combustíveis; edificação de próprios da Segurança e decorrente manutenção, etc.

É evidente que as dotações específicas de custeio previstas nas propostas orçamentárias estarão decrescidas por força da estipulação expressa no dispositivo que se pretende incluir no corpo da norma em objeto.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 7275/79 e do artigo 1º da Lei nº 297/1987. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Piquiri, nos municípios de Guaraniaçu e Altamira do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na última Sessão, na Sessão de quarta-feira não tivemos a votação da Ordem do Dia.

Na Sessão de quinta-feira, que não aconteceu, também faltando quórum, não tivemos a votação da Ordem do Dia.

E eu verifico que a Ordem do Dia desta segunda-feira vem alterada. Acho que ela tinha que ser repetida no seu todo. Ela não foi votada. Ela não pode ser modificada, até porque não se votou nenhum requerimento retirando da Ordem do Dia, naqueles dias, quarta e quinta-feira, e eu vejo aqui a ausência do projeto de lei que trata da liberação de cem milhões de reais, governo do Estado, para o empréstimo para a questão da região metropolitana que é um assunto que nós comentamos aqui ainda na última quarta-feira.

Parece-me que se alterou a Ordem do Dia sem se observar esse fato.

Se ela não foi votada, ela é repetida para o dia seguinte, salvo algum engano da minha parte, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Bem lembrado, deputado Algaci Tulio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou responder posteriormente para o deputado Algaci Tulio, por escrito.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, se V. Exa. não me responder agora, fica inviabilizada a continuação da votação da Ordem do Dia. Eu entendo que ela não pode ser alterada sem que tivesse uma votação da retirada de um projeto que estava naquela Ordem do Dia.

Estamos votando uma Ordem do Dia que não está correta, no meu entendimento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No nosso entendimento, pelo Regimento, quem tem os poderes para fazer Ordem do Dia é a Presidência da Casa e o Regimento Interno.

O SR. ALGACI TULIO

Não discuto a feitura da Ordem do Dia, eu discuto o fato de que ela não foi votada na quarta, na quinta, e portanto hoje na segunda-feira ela vem alterada, ela teria que ser repetida aquela Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência assume o compromisso com V. Exa., de incluir amanhã na Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, o projeto de 100 milhões de reais eu estranho que não está na Ordem do Dia. De quem foi a iniciativa de tirar, por que tirar, se há uma

pressa e é uma exigência do BNDES de que será votado urgentemente por questões burocráticas sob pena de o governo perder esses 100 milhões de reais!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CECE.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria do deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 449/2001

Emenda Modificativa ao parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 449/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino e as fundações de apoio, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...”

“Parágrafo Único - As instituições de ensino superior e de pesquisa científica referidas neste artigo não poderão contratar com fundações ou entidades que tenham como diretores o reitor, o vice-reitor ou seus parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Neivo Beraldin, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk e Eli Ghellere.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa altera parcialmente o parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 449/2001, para excluir da proibição constante da regra o reitor e o vice-reitor das universidades estaduais, quando estiverem na condição de membros dos conselhos deliberativos de administração das fundações ou entidades de apoio por elas criadas.

O parágrafo único do artigo 1º, na redação original, estabelece que a universidade estadual não poderá contratar com fundação ou entidade de apoio nas quais eles figurem como “fundadores ou diretores ou associados vinculados à contratante”.

Essa restrição, na prática, vai inviabilizar a existência de todas as fundações ou entidades de apoio das universidades estaduais, nas suas relações recíprocas.

Os reitores e vice-reitores sempre ou necessariamente participam dos conselhos deliberativos ou de

administração das fundações ou entidades de apoio, pois as universidades estaduais foram as instituidoras ou são as criadoras dessas pessoas jurídicas de direito privado.

O fato de eles participarem dos conselhos de orientação das fundações ou entidades de apoio, por si só, não vai contrariar os princípios da legalidade ou da moralidade administrativa.

Primeiro, porque eles participam de órgãos de caráter colegiado, composto por várias pessoas, escolhidas ou eleitas entre os demais instituidores ou entre representantes da sociedade organizada.

Segundo, porque eles não exercem funções executivas nos conselhos deliberativos ou de administração das fundações ou entidades de apoio, mas simplesmente de orientação e de formulação das suas diretrizes gerais.

Terceiro, porque as universidades estaduais têm autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, embora sujeitas ao princípio da obrigatoriedade das licitações em matéria de obras, serviços, compras e alienações (artigos 207 e 37, inciso XXI, da Constituição Federal).

A regra geral que impõe o princípio da obrigatoriedade das licitações evidentemente comporta exceções, nos casos de dispensa ou de inexigibilidade, mas ela já é suficiente para garantia da aplicação dos princípios da legalidade e moralidade no exercício da função administrativa, sem a necessidade de outras restrições.

A presente emenda modificativa não altera as demais restrições do parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 449/2001.

O reitor e o vice-reitor estão proibidos de ser diretores das fundações ou entidades de apoio, de nelas exercer qualquer função executiva, assim como seus parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau.

Essa cláusula proibitiva é salutar, pois afasta a possibilidade de implantação de nepotismo nas fundações ou entidades de apoio vinculadas às universidades estaduais.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Emenda supressiva ao artigo 2º, inciso I e II, do Projeto de Lei nº 449/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre as relações recíprocas entre as instituições estaduais de ensino superior e as fundações de apoio, redigida nos termos seguintes:

“Suprima-se o artigo 2º, inciso I e II”.

Sala das Sessões, em 17.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Orlando Pessuti, Neivo Beraldin, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere e Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 2º, inciso I e II, devem ser suprimidos pelas seguintes razões:

1) as fundações de apoio são necessariamente de direito privado e evidentemente são regidas pelo Código

Civil (artigo 24 a 30); a lei federal é que dispõe sobre a sua criação, não havendo necessidade de disposição remissiva na lei estadual;

2) a fiscalização das fundações é obrigatoriamente exercida pelo Ministério Público, nos termos do artigo 26 do Código Civil, não havendo necessidade de existir, de novo, qualquer disposição na lei estadual nesse sentido;

3) o regime jurídico a que estão sujeitos os empregados de fundações ditas de direito privado, instituídas nos termos dos artigos 24 a 30 do Código Civil, é necessariamente o trabalhista, nos termos da lei federal (CLT e legislação correlata); não havendo necessidade de existir, outra vez, essa disposição na lei estadual. **O Projeto retorna à CCJ.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica, situada nas divisas dos municípios de Porto Amazonas e da Lapa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o dispositivo que especifica da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982. (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1665, de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio do deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei nº 082/2002.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Ribeirão do Pinhal, os imóveis rurais que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza a construção da Usina Termoelétrica no município de Carambeí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA.

Em votação. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e três deputados.

Não há quórum para deliberação; não há quórum para continuação da Sessão.

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. vai incluir para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está incluído.

O SR. ALGACI TULIO

Eu convoco os deputados da base governista que compareçam na Sessão de amanhã, porque é de interesse do governo e do povo da região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1670 e 1671, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1672, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados, apenas quero comunicar à Casa que, tendo em vista acompanhamento de cirurgia do meu pai, estarei me ausentando por 5 ou 6 dias desta Casa.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Eu tenho visto diversas vezes o deputado Algaci Tulio cobrar a presença de parlamentares. Acho que cada parlamentar aqui se comporta conforme a sua personalidade. Eu quero dizer ao deputado Algaci Tulio que eu não lhe dei o direito para me convocar para a Sessão de amanhã. Se tiver compromissos eu estou sempre aqui, procuro cumprir com as minhas obrigações. Agora, me desculpe, deputado Algaci Tulio, V. Exa. não tem o direito de fazer essa convocação à minha pessoa, porque senão, presidente, eu vou começar a cobrar algumas coisas aqui que não podem ser cobradas em público.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, certamente essas algumas coisas não têm nada a ver comigo; são coisas da Casa, que é problema do 1º secretário, Valdir Rossoni.

Quem está convocando não sou eu, é o povo que espera os 100 milhões para que as obras aconteçam!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 194, 196 e 216/2002.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 009, 215 e 331/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 280, 305, 306, 319, 322, 327 e 337/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 341, 686/2001, 299/2002 e do Projeto de Resolução nº 009/2002.

Levanta-se a Sessão.